

Tânia Gaspar

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA VERDE

ATA Nº 9 (EXTRAORDINÁRIA) ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Aos 29 dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove, reuniu em sessão extraordinária na Sede da Junta de Freguesia de Vila Verde, na Rua do Grupo Recreativo Vilaverdense, nº 17, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, a Assembleia de Freguesia de Vila Verde, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto 1. Proposta de aceitação do Auto de Transferência de Competências para a Freguesia de Vila Verde _ nº 2 do artigo 38º da Lei nº 50/2018;-----

Ponto 2. Proposta de aceitação de doação de terreno de cultura, sito em Arriba da Bica, Rua dos Penedos, Freguesia de Vila Verde, registado com o artigo matricial nº 3058, ARV nº 559, em nome de Eduarda Maria Bertão da Maia e Sá Monteiro, cabeça de casal da herança.-----

Nesta sessão estiveram presentes os membros da Assembleia eleitos pelo Partido Socialista, Jorge Manuel Lopes Pedro, Tânia Sofia Veríssimo Gaspar, Primo José Aranha Grilo, Mariana Filipa Fernandes das Neves; pelo Partido Social Democrata, Lourenço Manuel da Conceição Silva; pela Coligação Democrática Unitária, Vítor Juvenal Vasco Gomes e pelo Movimento Cidadãos pela Freguesia, Helena Margarida Nunes de Aguiar, Júlio César Duarte Ferrolho e Ana Cristina de Oliveira Cardanho. -----

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Jorge Pedro, cumprimentou os presentes na Assembleia e deu início à sessão. Seguiu-se a leitura da convocatória desta Assembleia com a respetiva ordem de trabalhos supra elencada, após o que, o Senhor Presidente da Assembleia pediu ao Senhor Presidente da Junta que esclarecesse a Assembleia sobre o **Ponto 1.**- Auto de Transferência de Competências para a Junta. -----

O Senhor Presidente da Junta tomou a palavra, cumprimentou a Assembleia e disse que a Junta analisou e discutiu com a Câmara Municipal a transferência de competências e concluiu que é do agrado e do interesse da Junta aceitar essas competências. Disse que a Junta deve estar mais junto da população, algumas das competências já fazem parte da atividade atual da Junta e há outras, nomeadamente, a manutenção das vias públicas, a exploração de máquinas diversas, etc. que poderão trazer mais receita para a Junta. Sublinhou que, as novas

fan
Tânia Gaspar
TV

competências, poderão significar a duplicação das verbas das transferências da Câmara Municipal para a Junta apesar desta vir perder alguns apoios que existem presentemente. Referiu que o Senhor Presidente da Câmara deu garantias de disponibilidade para ajudar todas as Juntas. Disse que o aumento das verbas transferidas poderá também vir a permitir a contratação de mais pessoal e a aquisição de mais equipamentos. Concluiu dizendo que, à partida, o Auto de Competências representará uma mais valia para a Freguesia permitindo um exercício com mais competências e colocou-se à disposição para prestar mais esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém pretendia usar da palavra tendo o membro Júlio Ferrolho tomado a palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Junta se tinha sido feita uma previsão das despesas a suportar com as novas responsabilidades e se as transferências da Câmara para a Junta indicadas no Auto de Transferência de Competências seriam suficientes para cobrir essas despesas. -----

O Senhor Presidente da Junta respondeu que as novas competências serão como oxigénio novo para a Junta e que, na maior parte das situações, as verbas que irão ser recebidas cobrem os gastos. Realçou que, em alguns pontos críticos como a reparação das escolas que poderá ser mais complexa, a Câmara Municipal assumirá os gastos. O membro Júlio Ferrolho insistiu questionando se as despesas a que se referiu tinham ou não sido previstas. O Senhor Presidente da Junta respondeu que tinha sido feito um estudo. O membro Júlio Ferrolho insistiu que era necessário conhecer o valor das despesas a suportar com as novas responsabilidades derivadas das novas competências. O Senhor Presidente da Junta disse que o gasto seria igual ao valor das transferências a receber e que, por isso, os recebimentos iriam cobrir totalmente as despesas com as novas competências e acrescentou que o FEF será também ajustado, passando a Freguesia a receber um pouco mais do que recebia anteriormente. O membro Júlio Ferrolho afirmou que continuava sem se saber qual o valor das despesas e que só queria saber se a Junta tinha feito alguma previsão para as mesmas ao que o Senhor Presidente da Junta respondeu que tinha sido feito um trabalho com a Câmara Municipal onde se tinha apurado que todas as despesas incorridas seriam cobertas pelas transferências. -----

O membro Vítor Gomes tomou a palavra para sublinhar que tomou conhecimento da situação tardiamente, que não tinha havido discussão nem partilha de informação por parte da Junta e que considerava tais factos um desrespeito do Presidente da Junta pela Assembleia de Freguesia. Prosseguiu com a leitura de uma declaração onde disse que “... Com o destino da

for
Tânia Gaspar
for

Junta entregue ao Partido Socialista, a Freguesia de Vila Verde tem sido prejudicada..." A declaração é o documento anexo 1 a esta ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

O membro Primo Grilo, contestou o tempo usado na sessão com a leitura da declaração pelo membro Vítor Gomes, mas o Senhor Presidente da Assembleia permitiu a continuação da leitura da declaração. O membro Vítor Gomes continuou a leitura desagrado com a contestação de que tinha sido alvo e sublinhou que a Assembleia de Freguesia é desconsiderada pela Junta que assume atitudes de não partilha.-----

O Senhor Presidente da Assembleia pediu a conclusão da leitura da declaração, e deu a palavra ao membro Lourenço Silva tendo este começado por referir que considerava as novas competências uma boa oportunidade de aproximação do executivo à população, sendo que, assim, a Junta terá mais meios de resposta aos problemas dos Fregueses. Prosseguiu sublinhando que a CDU-Coligação Democrática Unitária, não fez nada de relevante que tenha resolvido problemas na Freguesia e reiterou a necessidade de se saber se as despesas acrescidas com as novas competências foram avaliadas e previstas. Rematou dizendo que deve esquecer-se o passado e aceitar as novas oportunidades.-----

O Senhor Presidente da Junta retomou a palavra para apontar ao membro Vítor Gomes a falta de leitura do procedimento de transferência de competências e frisou que, este não podia dizer que o procedimento não era legal, não estava correto e não devia ser feito pois está previsto na legislação aplicável. Continuando no uso da palavra, referiu que a Junta de Freguesia já tinha sido liderada pela CDU-Coligação Democrática Unitária, e que o seu desempenho tinha sido um descalabro sem qualquer iniciativa para melhorar a Freguesia. Sublinhou que o Auto de Transferência de Competências tinha sido analisado pela Junta e pela Câmara Municipal e que, em 2021, o documento terá de ser aceite pelo que, é preferível começar já a ser negociado. Destacou ainda que, estas novas competências tendem a aproximar o Executivo da população e por isso vale a pena correr o risco mesmo tendo sido avaliado o peso das novas despesas. Rematou dizendo que os membros da Assembleia apenas têm que usar o seu voto para expressar a sua opinião.-----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio como membro da Assembleia para felicitar o Executivo pela coragem demonstrada ao aceitar desde já as novas responsabilidades sem adiar a tomada de decisão e colocou o documento para votação.-----

O Auto de Transferência de Competências foi aprovado por maioria com cinco votos a favor, dois votos contra dos membros Júlio Ferrolho e Vítor Gomes e duas abstenções de Helena Aguiar e Cristina Cardanho.-----



O membro Júlio Ferrolho apresentou uma declaração de voto, declarando que o sentido de seu voto contrário se fundamentava no facto de ter questionado o Presidente da Junta de Freguesia sobre qual o valor das despesas previstas para suportar as novas competências e o mesmo não ter respondido objetivamente pelo que, concluía que a previsão não tinha sido feita o que poderá significar a assunção de um risco de não ser possível assumir parte das novas responsabilidades por falta de verba. Esta declaração é o documento anexo 2 a esta ata e dela faz parte integrante.-----

O Senhor Presidente da Assembleia passou para o **Ponto 2** da agenda, a doação de terreno de cultura sito em Arriba da Bica registado com o artigo matricial nº 3058, ARV nº 559.-----

O Senhor Presidente da Junta esclareceu que o dono não tinha interesse no terreno e achou por bem doá-lo à Junta de Freguesia. Disse ainda que o terreno tem interesse, está bem localizado e irá valorizar o Património da Junta.-----

O membro Vítor Gomes tomou a palavra para agradecer a informação disponibilizada para identificar a localização do terreno e propôs que se fizesse um registo patrimonial, com um cadastro dos artigos que estão a ser doados à Junta, onde constem as exatas confrontações. Disse ainda que o espaço tem um muro que precisa de ser cortado por estar em mau estado e acrescentou que o terreno tem interesse histórico e que a construção de um parque de merendas pode ser uma boa iniciativa que ainda não se concretizou.-----

O membro Júlio Ferrolho interveio para igualmente agradecer a informação disponibilizada e referir que, após analisar o mapa apresentado reparou que, supostamente, o terreno doado se encontra localizado na faixa de gestão de combustível que é para se manter limpa nos termos da lei o que poderá implicar gastos desconhecidos de manutenção.-----

O membro Cristina Cardanho questionou se havia ideias do que fazer com o terreno.-----

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra para agradecer a questão colocada e dirigiu à Assembleia um pedido de sugestões de utilização para o terreno. Sublinhou que uma Junta não é para dar lucro, mas sim para tentar gastar as disponibilidades da melhor forma. Sugeriu à CDU-Coligação Democrática Unitária, que apresentasse propostas no âmbito do Orçamento Participativo. Acrescentou ainda que os terrenos de Junta estão disponíveis para receber iniciativas que podem nascer do Orçamento Participativo, e apelou para que as pessoas apresentem propostas.-----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou para votação a doação de terreno de cultura, sito em Arriba da Bica que foi aprovada por unanimidade.-----

Cumprida a agenda supracitada, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para abordar um assunto de interesse geral para a Freguesia.-----

O Senhor Presidente da Junta começou por referir que existe a ideia de que a Junta não está a cumprir as suas obrigações relativamente à insegurança que se tem sentido. Frisou que ninguém tinha vindo comunicar situações irregulares à Junta e que quando esta tomou conhecimento dos factos, comunicou à Câmara Municipal e à Polícia de Segurança Pública. Informou que houve troca de emails e reuniões com a polícia para manifestar preocupação com as ocorrências de violência na Freguesia e que será promovida uma sessão de esclarecimento com a PSP para ensinar as pessoas a defenderem-se. Acrescentou que a Polícia visita com regularidade a Freguesia e tem estado presente sempre que solicitada. Finalizou dizendo que não era justo imputar culpas por inoperância à Junta.-----

O membro Vítor Gomes respondeu que era isso que se esperava da Junta e que tinha tido convite para integrar grupos secretos de defesa da população de Vila Verde, solução que rejeitava completamente. Sugeriu que se tentasse resolver a situação através do diálogo e rematou dizendo que a CDU não apoiava milícias, não se revia nessa solução e estava ao lado da Junta nesta questão.-----

Foi lavrada ata em minuta da presente sessão extraordinária relativamente ao **Ponto 1.** Proposta de aceitação do Auto de Transferência de Competências para a Freguesia de Vila Verde _ nº 2 do artigo 38º da Lei nº 50/2018, que foi lida pelo Senhor Presidente da Assembleia e aprovada por unanimidade.-----

Nada mais havendo a acrescentar foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por quem a secretariou.-----

O Presidente da Assembleia,

O Secretário,

O Secretário,

Tânia Gaspar

ANEXO 1

Considerações iniciais:

Aspecto positivo: desta vez temos a documentação referente à fracção doada, ao contrário do que aconteceu na última sessão. Obrigado.

Aspecto negativo: tomamos conhecimento de documentação de suma importância para a nossa terra e o futuro dela sem que seja possível a sua discussão, por se ter esgotado o tempo da análise ou contestação no momento em que foi votado, anteontem, na Assembleia Municipal da Figueira da Foz. Muito mau, na nossa opinião.

Conclusão:

Nada de novo aqui, nem na atitude, nem no tipo de actuação. Empurrar com a barriga porque é inevitável. Não vale a pena contestar. Se não, vejamos:

Invariavelmente, com os destinos da Junta entregues ao Partido Socialista, o que mais se viu por aqui foram atitudes de auto-promoção dos diferentes presidentes enquanto iam deixando desqualificar o património que deveriam preservar. Assim aconteceu com o rio (desde a formação da Freguesia de S. Pedro, em que o presidente da junta abandonou a sala das negociações territoriais - apesar de advertido pelo presidente da câmara, por ser Vila Verde parte interessada, por fazer confrontação com o território a redesenhar. Assim, confiando nos amigos, deixou que uma parte importante do nosso património geográfico e histórico fosse alienado para S. Pedro, e que Lavos estendesse as suas garras ao braço sul do Mondego e se fosse assenhoreando da Morraceira.

De facto, enquanto a Hidráulica afundava o rio, destruindo a sua configuração herdada do séc. XVIII e afastando as populações da freguesia do usufruto milenário do mesmo, na teimosia da impossibilidade física e geológica de lhe aumentar o caudal - sabe-se lá à custa de que recursos -, num projecto megalómano de logística que incluía um porto de escala ibérica -, os diversos executivos foram-se desresponsabilizando das margens, entregues a projectos de transparência mais ou menos duvidosa (para não levantar problemas), da ETAR à EDP, deixando a CP e o Porto da Figueira da Foz erguer muros, e considerando normal que quem explorava salinas ou viveiros na Morraceira, o passasse a fazer por percurso viário e moroso, por impossibilidade de utilizar o rio que se haveria, figurativamente, por converter em museu, pela mão de outros. Os mesmos, afinal, que, paulatinamente, foram exercendo influência sobre a Morraceira, reparando vias e motas, sob o olhar cúmplice dos executivos que, em Vila Verde, iam favorecendo amigos de longa data, parceiros das mesmas batalhas, evitando polémicas entre si, com o executivo camarário, ou com os outros interesses que minavam e destruíam a qualidade de vida da freguesia, mesmo que com promessas de progresso.

Assim se construiu na Quinta das Recolhidas (não para o povo de Vila Verde), ou se valorizaram os Serrados, com a limpeza de terreno e valas a expensas dos fregueses, para que os mesmos, privados do direito de licitação, viessem a vê-los vendidos à Alberto Gaspar, por valores que pouco ultrapassaram o da despesa feita.

Não faltaram alertas, críticas, oposição, sempre dos mesmos do costume: os tais que estão sempre contra tudo, isto é, nós.

Os últimos anos trouxeram o que sabemos: a alienação de cerca de 50% do território da freguesia e a correspondente perda, mais ou menos na mesma proporção, do seu financiamento, num golpe político absolutamente vergonhoso na sua desonestidade, mas digno das forças políticas que o patrocinaram, PSD e CDS, com PS e independentes mascarados à mistura (neste caso, como em quase tudo o que prejudica as populações e o país, sempre prontos a convergir, mesmo que embirrando, em público, uns com os outros).

Estão a passar quatro anos sobre uma legislatura em que o PS pôde fazer tudo o que não quis fazer (não lhe faltaram apoios nem maioria absoluta para isso), mas o resultado é pobre, também para Vila Verde.

Das grandes promessas de reversão da malfeitoria que foi a fusão/alienação de freguesias, protagonizada pelas troikas externas e internas, mal fosse poder, o que se viu do PS foi o chumbo concertado das propostas de resolução feitas pelo PCP e pelo Partido Ecologista Os Verdes. Nada mais.

Aliás o Auto de Transferência de Competências que aqui nos traz, fora de validade é certo, também, possivelmente, pela sua inevitabilidade e para evitar polémicas, é afinal apenas o corolário do crime contra as autarquias dos tempos de Passos e Portas e, chamemos-lhe processo de regionalização, municipalização ou reterritorialização (o CDS gosta de afastar as pessoas vulgares ou cidadãos das discussões políticas), a concretização cabal das propostas do Livro Verde da Regionalização do governo de José Sócrates. Pois é. Andamos em círculos...

Mas, voltando ao que interessa, o resultado da convergência de todos estes processos foi a conversão da freguesia num gueto, com a conivência de PS, PPD/PSD e CDS/PP (na direcção dos destinos do município ou não, onde se vem para dormir, não para se viver. O que acontece, também, apesar dos alertas.

Chegámos assim ao ponto de assistir quase à formação de milícias populares, com grupos secretos no Facebook, que se pretendem substituir a uma polícia cuja vigilância consideram insuficiente. Porquê? Pelo estigma do outro, numa situação que se foi cultivando pela inépcia de um executivo municipal que, indiferente à resolução de problemas de inserção social (para que, mais uma vez, foi sendo alertada), optou pela formação de guetos nas freguesias ou promovendo a conversão destas em território posto à margem, pela deslocalização massiva de famílias da mesma etnia para esses mesmos territórios. E também a este respeito era incómodo questionar.

Claro que respostas de que se não recupera/embeleza determinado mobiliário para evitar incómodos aos fregueses (foi uma das resposta do nosso presidente da junta na última sessão desta assembleia), não serão a solução, tal como não o será o patrocínio de movimentações que, ainda que com origem em preocupações legítimas, se corporizem em situações de ilegalidade e perigo pessoal para os envolvidos.

Se fomos frontalmente contra a primeira situação, e o manifestámos aqui, mais frontalmente o seremos em relação a qualquer movimentação organizada que tome nas suas mãos a resolução de questões de segurança que competem à autoridade, e que servirão também, se não for esse o seu objectivo, para branquear culpas de quem por omissão, imobilidade ou cumplicidade é responsável pela situação. Não contem connosco para este tipo de acções. A

CDU não lhes dará cobertura nem pretendemos que volte a estar na agenda do município (porque a chamada regionalização implica iniciativas desse género), a privatização da segurança pública.

O facto é que o Estado, isto é, aqueles que nos últimos quarenta anos têm sido, rotativamente ou em aliança, governo (não esqueçamos, PS, PPD-PSD e CDS-PP), parecem apostados em privatizar os serviços que dele estão dependentes: vejam-se os ataques à educação, ao serviço nacional de saúde ou mesmo, como se vê, às forças de segurança, opção de que este Auto de Transferência de Competências mais não é do que um pequeno instrumento.

Não queremos problemas inter-comunidades na nossa terra, porque o diálogo é possível, e rejeitamos a privatização das forças de segurança, já defendida para a Figueira da Foz nos tempos de Santana Lopes, porque é aqui que vivemos, todos, e queremos continuar a viver, em paz.

Ninguém se substitui à autoridade num estado de direito e democrático. Neste contexto, a Junta de Freguesia representa o Estado, antes de mais ninguém, junto do cidadão. Daí para cima o poder e a autoridade organizam-se hierarquicamente. O que se espera é que a Junta exija, junto do município e do comando municipal da PSP, a segurança que os cidadãos reclamam; se tal for insuficiente, e porque a simplificação dos processos administrativos fizeram encerrar os governos civis, será necessário exigi-la ao comando distrital de Coimbra, e, daí, às instâncias superiores do ministério da tutela. Mas toda a movimentação será em vão se não se apaziguarem os ânimos e não se encetar o diálogo com os responsáveis pelas comunidades em causa.

Estas são competências do presidente da junta, e dele se espera que aja em conformidade. Mas é um facto que tamanha sensação de insegurança não deixa de ser estranha, havendo responsabilidades que não se poderão escamotear.

E disse.

ANEXO 2

29/6/2019

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votei contra a proposta de aceitação do Auto de Transferência de Competências da Câmara da Figueira da Foz para a Junta de Freguesia de Vila Verde porque, tendo perguntado ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde qual o valor das despesas previstas que a freguesia iria suportar com o acréscimo das novas competências, este Senhor não respondeu objetivamente, pelo que concluí que tal previsão não foi feita, o que pode levar à assunção do risco de não haver verbas suficientes para cumprir com os compromissos que as novas responsabilidades exigem.-----

Júlio Ferrolho